

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DO BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A. SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.**

O Banco Crédito Agricole Brasil S.A., sociedade constituída em 23 de fevereiro de 1990, com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 3º andar, São Paulo, Brasil, apresenta por meio desta carta, com o intuito de atendimento às normas do regulador, a relação de documentos elencados na Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022, divulgada pelo Banco Central.

I. DOCUMENTOS RELACIONADOS

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Demonstração do Resultado;
- ✓ Demonstração do Resultado Abrangente;
- ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- ✓ Demonstração de Fluxo de Caixa;
- ✓ Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- ✓ Parecer do Auditor Independente; e
- ✓ Relatório da Administração sobre os negócios e perspectivas.

Os documentos relacionados estão de acordo com as disposições aplicáveis às demonstrações financeiras semestrais e acompanham o disposto na Resolução BCB nº 2, de 02 de agosto de 2020, divulgado pelo Banco Central.

II. DATA-BASE

A data-base dos dados divulgados nos relatórios elencados no item anterior é de 31 de dezembro de 2022.

III. DA DIVULGAÇÃO

As Demonstrações Financeiras do Banco Crédito Agricole Brasil S.A., do período base de 31 de dezembro de 2022, foram divulgadas no *site* da Companhia em 31 de março de 2022, disponível no sítio eletrônico: www.ca-cib.com.br.

Atenciosamente,

Diretor Presidente: Yves-Marie Gayet

Diretor Financeiro: Jean-Christophe Gilbert

Contador Responsável: Felipe Mendes da Silva



CRÉDIT AGRICOLE
CORPORATE & INVESTMENT BANK

Toute une banque pour vous

Banco Crédito Agricole Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
COM RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório da Administração	3
1. Contexto operacional	14
2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	14
3. Sumário das principais práticas contábeis	16
4. Aplicações interfinanceiras de liquidez	22
5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	23
6. Operações de crédito	31
7. Carteira de câmbio	33
8. Outros créditos	34
9. Transações com partes relacionadas	35
10. Depósitos	36
11. Obrigações por operações compromissadas	36
12. Recursos de aceites e emissão de títulos	36
13. Obrigações por empréstimos e repasses	37
14. Outras obrigações	38
15. Patrimônio Líquido	39
16. Receita de prestação de serviços	40
17. Despesas de pessoal	40
18. Outras despesas administrativas	41
19. Despesas tributárias	41
20. Outras receitas operacionais	41
21. Outras despesas operacionais	42
22. Resultado não recorrente	42
23. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	42
24. Imposto de renda e contribuição social	44
25. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros	48
26. Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital	48
27. Eventos subsequentes	54

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 do Banco Crédit Agricole Brasil S.A., acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Estrutura Acionária

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. era composto por 24.289.284.928 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Crédit Agricole Corporate and Investment Bank e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, ambos com sede na França.

Desempenho dos negócios

Os ativos totalizaram R\$ 27.152.399 (R\$ 35.369.942 em dezembro de 2021), a redução foi devida, principalmente, pela queda da Carteira de Câmbio.

A carteira passiva atingiu R\$ 24.652.168 (R\$ 32.997.292 em dezembro de 2021), devido à redução da Carteira de Câmbio.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 2.500.231 (R\$ 2.372.650 em dezembro de 2021), sendo sua variação impactada, principalmente, pelo resultado do exercício.

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A. encerrou o exercício de 2022 com lucro de R\$ 206.272 (lucro de R\$ 33.919 no exercício de 2021).

Gerenciamento de riscos

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A. possui uma estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capitais em conformidade com a Resolução 4.557 do CMN, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos ao qual o Conglomerado está exposto. Para maiores informações, vide a nota explicativa 26.

Em 31 de dezembro de 2022, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 24,23% (26,69% em 31 de dezembro de 2021).

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Banco Crédito Agricole Brasil S.A
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito

A administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 4.626.356 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico e (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos trabalhos de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) avaliação de garantias atreladas as operações; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, em base amostral, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento das operações, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, a confirmação da existência por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base, além de testes de conciliação da base de dados de operações com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação do Banco, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Carteira de câmbio

O Banco possui ativos e passivos relevantes relacionados a carteira de câmbio. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7a, em 31 de dezembro de 2022, o saldo da carteira ativa é de R\$ 17.312.685 mil e da carteira passiva é de R\$ 13.947.835 mil.

Consideramos como um assunto relevante de auditoria, devido a magnitude dos valores envolvidos, e pelo fato de ser uma das principais atividades do Banco com alto volume de operações no exercício.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização do entendimento do processo e mapeamento dos controles internos estabelecidos pela administração. Efetuamos também testes de controles internos relacionados com: a originação das operações; a análise e aprovação de operações de câmbio considerando os níveis de alçadas estabelecidas; reconhecimento de receita e despesa, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, em base amostral, de testes relativos à análise de documentação em conjunto com o recálculo das pontas ativas e passivas das operações na data base do procedimento. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de câmbio, consideramos apropriada a contabilização e divulgação preparada pela administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



**Building a better
working world**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fabricio', is written over the printed name and extends across the page.

Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC- 1SP241659/O

Balancos Patrimoniais Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		24.433.641	32.734.307
Caixa e equivalentes de caixa		4.237.963	4.002.480
Disponibilidades	3b	82.168	30.207
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3b	4.155.795	3.972.273
Relações interfinanceiras		660	591
Instrumentos financeiros		19.269.835	28.222.878
Títulos e valores mobiliários	5.1	1.893.944	2.250.953
Instrumentos financeiros e derivativos	5.2	483.538	455.532
Operações de crédito	6a	467.624	1.102.448
Carteira de câmbio	7a	16.396.623	24.362.283
Negociação e intermediação de valores a receber	5.3	28.106	42.886
Avais e fianças honrados	6a	-	8.776
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-	(8.776)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6e	-	(8.776)
Outros créditos		925.183	517.134
Rendas a receber		1.026	4.151
Diversos	8a	921.911	511.579
Despesas antecipadas		2.246	1.404
NÃO CIRCULANTE		2.718.758	2.635.635
Instrumentos financeiros		2.534.389	2.371.375
Títulos e valores mobiliários	5.1	1.058.062	679.295
Instrumentos financeiros e derivativos	5.2	560.265	636.601
Operações de crédito	6a	-	307.628
Carteira de câmbio	7a	916.062	747.851
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-	(28.633)
(-) Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa	6e	-	(28.633)
Crédito tributário	8b	143.611	246.213
Outros créditos		24.358	28.085
Diversos	8a	24.089	27.908
Despesas antecipadas		269	177
Outros investimentos		207	207
Imobilizado		11.750	12.400
Outras Imobilizações de Uso		23.498	21.667
(-) Depreciações Acumuladas		(11.748)	(9.267)
Intangível		4.443	5.988
Intangíveis		8.187	8.102
(-) Amortização Acumulada		(3.744)	(2.114)
TOTAL DO ATIVO		27.152.399	35.369.942

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balancos Patrimoniais Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		22.989.755	31.284.638
Depósitos e demais instrumentos financeiros		22.848.935	31.206.469
Depósitos à vista	10	8.501	36.351
Depósitos a prazo	10	557.545	169.708
Obrigações por operações compromissadas	11	995.244	642.835
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	-	3.519
Relações interdependências		852	1.617
Obrigações por empréstimos	13	6.751.746	5.963.121
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	682.664	533.845
Carteira de câmbio	7a	13.829.742	23.707.906
Negociação e intermediação de valores	5.3	22.641	147.567
Provisões		140.820	78.169
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		37	386
Sociais e estatutárias	14a	2.996	15.986
Fiscais e previdenciárias	14b	95.372	34.007
Diversos passivos	14d	42.415	27.790
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.662.413	1.712.654
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.500.735	1.440.702
Depósitos a prazo	10	-	100.099
Obrigações por empréstimos	13	794.230	725.387
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	588.412	305.481
Carteira de câmbio	7a	118.093	309.735
Provisões		11.447	9.630
Diversos passivos	14d	11.447	9.630
Obrigações fiscais diferidas	14c	150.231	261.588
Resultados de exercícios futuros		-	734
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.500.231	2.372.650
Capital social	15	2.105.673	2.105.673
Reservas de lucro		365.987	255.545
Outros resultados abrangentes		28.571	11.432
TOTAL DO PASSIVO		27.152.399	35.369.942

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Resultados Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		557.690	1.358.761	1.009.946
Operações de crédito		21.463	35.115	197.345
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.1d	502.498	920.322	333.627
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.4	33.729	403.324	478.974
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(302.717)	(924.092)	(838.120)
Operações de captações no mercado aberto	12b	(78.719)	(133.542)	(37.047)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	13d	12.004	821.388	(52.494)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	30.614	37.409	22.378
Resultado de operações com câmbio	7c	(266.616)	(1.649.347)	(770.957)
RESULTADO BRUTO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		254.973	434.669	171.826
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(54.401)	(134.878)	(116.731)
Receitas de prestação de serviços	16	26.319	36.456	40.962
Despesas de pessoal	17	(44.183)	(86.978)	(81.984)
Outras despesas administrativas	18	(29.642)	(58.295)	(69.926)
Despesas tributárias	19	(22.071)	(47.234)	(30.530)
Outras receitas operacionais	20	34.927	51.594	32.550
Outras despesas operacionais	21	(19.751)	(30.421)	(7.803)
RESULTADO OPERACIONAL		200.572	299.791	55.095
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(13)	(1)	86
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		200.559	299.790	55.181
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23a	(46.950)	(91.324)	(17.994)
Provisão para imposto de renda		(10.462)	(62.316)	(27.237)
Provisão para contribuição social		(10.580)	(51.787)	(24.615)
Ativo (passivo) fiscal diferido		(25.908)	22.779	33.858
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NOS LUCROS		(1.498)	(2.194)	(3.268)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		152.111	206.272	33.919
Lucro líquido por ação - R\$		0,006119	0,008297	0,001364

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	152.111	206.272	33.919
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO	14.674	17.139	8.571
Marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	26.679	31.161	15.584
Efeito tributário sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(12.005)	(14.022)	(7.013)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	166.785	223.411	42.490

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucro / Prejuízo Acumulado	Total
		Legal	Especial de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	2.105.673	28.470	208.156	2.861	-	2.345.160
Resultado líquido do período	-	-	-	-	33.919	33.919
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	8.571	-	8.571
Destinações:						
Reserva legal	-	1.696	-	-	(1.696)	-
Reserva especial de lucros	-	-	17.223	-	(17.223)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.105.673	30.166	225.379	11.432	-	2.372.650
Mutações do período	-	1.696	17.223	8.571	-	27.490
Saldos em 1º de janeiro de 2021	2.105.673	30.166	225.379	11.432	-	2.372.650
Resultado líquido do período	-	-	-	-	206.272	206.272
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	17.139	-	17.139
Destinações:						
Reserva legal	-	10.314	-	-	(10.314)	-
Reserva especial de lucros	-	-	100.128	-	(100.128)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(95.830)	(95.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.105.673	40.480	325.507	28.571	-	2.500.231
Mutações do período	-	10.314	100.128	17.139	-	127.581
Saldos em 1º de julho de 2021	2.105.673	30.166	225.379	13.897	54.161	2.429.276
Resultado líquido do período	-	-	-	-	152.111	152.111
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	14.674	-	14.674
Destinações:						
Reserva legal	-	10.314	-	-	(10.314)	-
Reserva especial de lucros	-	-	100.128	-	(100.128)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(95.830)	(95.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.105.673	40.480	325.507	28.571	-	2.500.231
Mutações do período	-	10.314	100.128	14.674	(54.161)	70.955

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido dos exercícios e semestre	152.111	206.272	33.919
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido			
Provisão/ (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(30.614)	(37.409)	(22.378)
Participações nos lucros	1.498	2.194	3.268
Provisão de IR e CS	21.042	114.103	51.852
IR e CS diferido	25.908	(22.779)	(33.858)
Provisão contingências fiscais e trabalhistas	921	1.374	157
Atualização monetária de contingências	333	590	286
Reversão provisão indedutível	(334)	(487)	(13.976)
Marcação a mercado de TVM e derivativos	(7.538)	185.887	153.517
Marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	14.674	17.139	8.571
Depreciação e amortização	2.288	4.492	3.778
Baixa de bens por descarte ou perda	-	-	105
Recebimento de bens por doação	-	-	(118)
Variação monetária	(1.360)	(2.411)	(848)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	178.929	468.965	184.275
Variação de ativos e passivos			
(Aumento) / Redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)	718.333	272.433	(1.140.334)
(Aumento) / Redução em relações interfinanceiras (ativos/passivos)	83	(67)	110
(Aumento) / Redução em operações de créditos	(18.027)	951.227	841.082
(Aumento) / Redução em outros créditos	12.084.756	7.536.630	38.050.654
(Aumento) / Redução em outros valores e bens	(41)	(932)	1.375
(Redução) / Aumento em relações interdependências (ativos e passivos)	(414)	(765)	1.172
(Redução) / Aumento em depósitos	85.243	259.888	(445.901)
(Redução) / Aumento em obrigações por operações compromissadas	(2.550)	352.409	506.820
(Redução) / Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(1.924.064)	857.468	(2.907.222)
(Redução) / Aumento em outras obrigações	(14.284.433)	(10.397.518)	(37.531.065)
(Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos (LCA/LF)	(3.741)	(3.519)	(3.079)
(Redução) / Aumento em resultado de exercícios futuros	(1)	(735)	252
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.505)	(44.956)	(28.454)
Total variação de ativos e passivos	(3.358.361)	(218.437)	(2.654.590)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades operacionais	(3.179.432)	250.528	(2.470.315)
Atividades de investimentos			
(Aquisição) / baixas de imobilizado de uso	(1.048)	(2.295)	1.365
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de investimento	(1.048)	(2.295)	1.365
Atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio pagos	-	(12.750)	(15.300)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de financiamento	-	(12.750)	(15.300)
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	(3.180.480)	235.483	(2.484.250)
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional no início do período	7.406.350	3.972.311	6.450.956
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional no final do período	4.232.159	4.232.159	3.972.311
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	(3.174.191)	259.848	(2.478.645)
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira no início do período	12.093	30.169	35.774
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira no final do período	5.804	5.804	30.169
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	(6.289)	(24.365)	(5.605)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A., com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 3º andar, São Paulo, Brasil, é um banco múltiplo autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e em operações de câmbio, subsidiária direta do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank – France, com participação acionária de 84,39% em 2022 (mesmo valor em 2021) das ações ordinárias, e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, com participação de 15,61% em 2022 (mesmo valor em 2021), ambas com sede na França.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), normatizações do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e Banco Central do Brasil (“BACEN”) e da lei nacional nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN.

Atendendo à Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a instituição divulga suas demonstrações financeiras de forma comparativa com o período anterior, cabendo observar que:

- a) Os itens do Balanço Patrimonial estão apresentados em ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem impacto aos valores apresentados;
- b) Os Balanços Patrimoniais ao final do período corrente são apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior;
- c) As demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas;
- d) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente;
- e) As alterações acima mencionadas, não impactam o Lucro Líquido ou Patrimônio Líquido.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

a) Estimativas contábeis críticas e julgamentos

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Conforme previsto na Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados devido às incertezas e ao nível de subjetividade envolvidos no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Banco Crédito Agrícola Brasil S.A. estão relacionadas com os seguintes tópicos:

Tópico	Notas
Ativos e passivos contingente e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	3o e 23
Provisão para devedores duvidosos	3e e 6e
Imposto de renda e contribuição social diferido	3m e 24

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de março de 2023.

b) Resolução 4.966

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (“CMN”) tornou pública a Resolução 4.966 que estabelece os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo mesmo para:

- I. classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
- II. constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros, garantias financeiras prestadas; e compromissos de crédito e créditos a liberar que não sejam canceláveis incondicional e unilateralmente pela instituição, cujo contrato ou desembolso não possa ser bloqueado ou suspenso, ou que a Instituição não tenha capacidade de monitorar individualmente o instrumento financeiro ou a situação financeira da contraparte;
- III. designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e
- IV. evidência de informações sobre instrumentos financeiros

Em atendimento Artigo 76 desta resolução, o Banco elaborou um plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecido, o qual não prevê neste momento grande complexidade na implementação dos novos requerimentos introduzidos pela Resolução 4.966, uma vez que grande parte dos mesmos já encontram-se devidamente implementados na Instituição por ocasião do seu reporte financeiro para a Casa Matriz. No entanto, algumas adaptações sistêmicas, políticas e em procedimentos serão necessárias a fim de assegurar total aderência à norma bem como dar total transparência de nossos processos internos para o Banco Central do Brasil e Auditores

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Externos. Este trabalho terá participação de diversas áreas do Banco e as implementações necessárias ocorrerão ao longo dos exercícios de 2023 e 2024 à medida que o Banco Central publicar regulamentações complementares à Res 4.966.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo de alta liquidez, com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, e com risco insignificante de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa do Banco são representados por saldos em poder de bancos e aplicações.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	76.364	38
Caixa e saldos em bancos - moeda estrangeira	5.804	30.169
Aplicações financeiras - moeda nacional (nota 4.1)	4.155.795	3.972.273
Caixa e equivalentes de caixa	4.237.963	4.002.480

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização reconhecido no resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e que não serão mantidos até o vencimento. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuros, operações a termo e operações de *swap* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de futuros - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- operações de *swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.
- operações de opções – os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita e despesa no caso de não exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* - em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- instrumentos financeiros considerados como *hedge* - são classificados como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens objeto de *hedge* devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

Os *hedges* de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os *hedges* de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de fluxo de caixa e mercado.

e) Operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "*rating*" em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes de renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

f) Cessão de créditos

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, as operações de transferência de ativos financeiros são classificadas em operações de compra de ativos e os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O Banco apura o valor recuperável de seus ativos não financeiros anualmente para realização do teste de imparidade, com exceção dos créditos tributários, que são revistos semestralmente. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável apurado, é reconhecido no resultado do período uma perda por imparidade (*impairment*).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado e intangível

Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos que são destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) são reconhecidos inicialmente pelo seu valor de custo e, mensalmente, ajustados pelas respectivas depreciações/amortizações. O cálculo da depreciação do ativo imobilizado é realizado pelo método linear às taxas de: 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados; e 10% a.a. para demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

k) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos a prazo e as captações no mercado aberto estão registrados pelos seus respectivos valores, acrescidos dos encargos contratados proporcionais ao período decorrido da contratação da operação até a data do balanço.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

l) Obrigações em moedas estrangeiras

As obrigações em moedas estrangeiras estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 20%. A partir de 01 de agosto de 2022, a alíquota de contribuição social passou para 21% (nota 24a). O crédito tributário e imposto diferido, referente a 31 de dezembro de 2022, foi constituído em 20% do montante a realizar.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

n) Operações de câmbio

As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base *pro rata die*) auferidas e provisão para perdas nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil, quando aplicável.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, ambas do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. O detalhamento das Provisões, contingências e outros compromissos está apresentado na nota 24.

p) Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelos seus valores de realização, somados, quando aplicável, as variações monetárias e cambiais e os rendimentos. Os demais passivos são apresentados pelo valores de liquidação, somados, quando aplicável, os encargos e variações monetárias e cambiais.

q) Resultado por ação

O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade média ponderada de ações, conforme os critérios definidos no CPC 41, aprovado pelo regulador através da Resolução CMN nº 3.959, de 04 de setembro de 2019, cuja manutenção foi realizada pela Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

r) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações do Banco, é contabilizado em base *pro rata die* pelo período de carência (*vesting*) e liquidados em caixa. Tal benefício é parte integrante da política de bônus diferido da matriz, com aplicabilidade global, e com data de vigência indeterminada, cujos valores constam no resultado na rubrica de “Despesas de pessoal” (vide nota 17).

s) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, consideram-se como resultado não recorrente as receitas e despesas que não estão relacionadas com as atividades da instituição, e que não estão previstas para ocorrer com frequência nos exercícios seguintes.

O Banco considera como recorrente os resultados das atividades típicas da instituição, como prestações de serviços financeiros, aplicações e captações de recursos, e a manutenção habitual das atividades operacionais.

O resultado não recorrente está apresentado na nota 22.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

4.1) Aplicações no mercado aberto

a) Aplicações operações compromissadas

	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.000.503	2.499.994
Letras do Tesouro Nacional – LTN	605.201	252.281
Notas do Tesouro Nacional – NTN	550.091	1.219.998
Total Posição bancada	4.155.795	3.972.273

b) Composição por prazo de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
	Até 3 meses	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.000.503	2.499.994
Letras do Tesouro Nacional – LTN	605.201	252.281
Notas do Tesouro Nacional – NTN	550.091	1.219.998
Total Posição bancada	4.155.795	3.972.273

As operações compromissadas encontram-se custodiadas na SELIC.

c) Resultado com operações compromissadas

Em 31 de dezembro de 2022, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 613.116 (R\$ 239.903 em 31 de dezembro de 2021) (nota 5.1d).

4.2) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há valores de aplicações em depósitos interfinanceiros.

a) Resultado com depósitos interfinanceiros de liquidez

Em 31 de dezembro de 2022, o resultado com depósitos interfinanceiros de liquidez foi de R\$ 4 (R\$ 52 em 31 de dezembro de 2021). (nota 5.1d).

4.3) Aplicações em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há valores de aplicações em moeda estrangeira.

a) Resultado com aplicações em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2022, o resultado com aplicações em moeda estrangeira foi R\$ (2.609) (R\$ 7.504 em 31 de dezembro de 2021) (nota 5.1d).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:

5.1) Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo (i)	Mercado	Ajuste de MTM	Custo (i)	Mercado	Ajuste de MTM
Carteira própria	1.666.095	1.718.065	51.970	1.527.357	1.549.034	21.677
Negociação	62.703	62.696	(7)	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	62.703	62.696	(7)	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	1.436.439	1.488.416	51.977	1.114.044	1.135.721	21.677
Letras do Tesouro Nacional – LTN	907.551	908.065	514	625.881	625.891	10
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	528.888	580.351	51.463	488.163	509.830	21.667
Títulos mantidos até o vencimento	166.953	166.953	-	413.313	413.313	-
Certificado de direitos creditórios do agronegócio – CDCA (ii)	132.616	132.616	-	148.847	148.847	-
Debêntures (ii)	34.337	34.337	-	264.466	264.466	-
Vinculados a operações compromissadas	996.282	996.282	-	643.658	643.658	-
Títulos mantidos até o vencimento	996.282	996.282	-	643.658	643.658	-
Certificado de direitos creditórios do agronegócio – CDCA (ii)	350.718	350.718	-	70.695	70.695	-
Debêntures (ii)	645.564	645.564	-	572.963	572.963	-
Vinculados a prestação de garantias	237.688	237.659	(29)	738.558	737.556	(1.002)
Negociação	-	-	-	19.628	19.516	(112)
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	19.628	19.516	(112)
Títulos disponíveis para venda	237.688	237.659	(29)	718.930	718.040	(890)
Letras do Tesouro Nacional – LTN	237.688	237.659	(29)	718.930	718.040	(890)
Total	2.900.065	2.952.006	51.941	2.909.573	2.930.248	20.675

(i) Refere-se cotas seniores emitidas pelo Itu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

(ii) As debêntures e CDCA estão classificadas como títulos disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento e são avaliadas, respectivamente, pelo valor justo estimado ou custo amortizado. Caso fossem avaliadas a valor de mercado, em 31 de dezembro de 2022, as debêntures apresentariam um ajuste negativo de R\$ 1.692 e CDCA um ajuste negativo de R\$ 1.730

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são contabilizadas de acordo com a intenção do Banco na aquisição do título, conforme descrito na nota 3d. Em 31 de dezembro de 2022, há ajuste de marcação a mercado acumulado registrado no patrimônio líquido de R\$ 51.947 (R\$ 20.786 em 31 de dezembro 2021). O crédito tributário sobre o ajuste de marcação a mercado perfazia o montante de R\$ 23.376 (R\$ 9.354 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

b) Composição por prazo de vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Sem vencimento (i)	580.351	509.830
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	580.351	509.830
Até 3 meses	599.685	982.237
Letras do Tesouro Nacional – LTN	599.685	531.505
Debêntures	-	450.732
De 3 a 12 meses	713.908	758.886
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	59.395	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	388.033	608.374
Debêntures	266.480	150.512
De 1 a 3 anos	638.230	679.295
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	163.474	219.542
Letras do Tesouro Nacional – LTN	220.702	223.568
Debêntures	254.054	236.185
Acima de 3 anos	419.832	-
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	260.465	-
Debêntures	159.367	-
Total	2.952.006	2.930.248

(i) Refere-se às Cotas de Fundos de investimentos FIDC.

c) Composição por emissor

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos de Renda Fixa		
Títulos públicos	1.208.420	1.363.447
Letras do Tesouro Nacional (i)	1.208.420	1.363.447
Títulos Privados	1.743.586	1.566.801
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA (ii)	483.334	219.542
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC (ii)	580.351	509.830
Debêntures	679.901	837.429
Total	2.952.006	2.930.248
(i) Títulos custodiados na Selic.		
(ii) Títulos custodiados na B3.		

d) Resultado de títulos e valores mobiliários

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações interfinanceira de liquidez - mercado aberto (nota 4.1)	332.741	613.116	239.903
Aplicações interfinanceira de liquidez - aplicações em depósitos (nota 4.2)	-	4	52
Aplicações interfinanceira de liquidez - aplicações em moeda estrangeira (nota 4.3)	4.979	(2.609)	7.504
Letras do Tesouro Nacional - LTN	69.282	121.977	39.594
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	16.716	30.235	12.560
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC	6.337	20.023	7.071
Debêntures	72.443	137.576	26.943
Total	502.498	920.322	333.627

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

O valor das cotas de fundos de investimentos é obtido diariamente junto aos respectivos administradores dos fundos.

5.2) Instrumentos financeiros derivativos

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são: *swaps*, termos e futuros. A partir da vigência da Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, pode-se optar pela aplicação da contabilização particular nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteção das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa da instituição (*hedge accounting*).

Os instrumentos derivativos são utilizados prioritariamente para compensar variações de posições comerciais assumidas, para proteção em estruturas de *hedge*, bem como para oferecer aos clientes a possibilidade de proteção a variações econômicas indesejadas oriundas de sua natureza operacional.

Hedge

A política de utilização de *hedge* é alinhada aos limites de exposição à riscos do Grupo Crédit Agricole. Sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil da instituição, o que poderia comprometer os limites operacionais. A cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de *hedge*, de acordo com a Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge accounting*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto estavam assim distribuídas no período:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022				
	Valor nominal dos contratos	Custo		Valor contábil	
		A receber	A pagar	A receber	A pagar
Contratos de swap	24.503.422	336.774	(296.602)	785.502	(830.044)
CDI vs EURIBOR 6M	917.802	79.883	(19.692)	75.339	(23.188)
CDI vs EURO	1.231.473	104.416	(2.907)	128.438	(4.521)
CDI vs LIBUSD 3M	193.165	-	(67.013)	-	(71.923)
CDI vs LIBUSD 6M	160.800	10.519	-	8.600	-
CDI vs USD	1.504.255	61.227	(24)	72.681	(15)
EURIBOR 6M vs USD	894.572	29.481	(34.862)	35.764	(28.952)
EURO vs USD	1.083.790	-	(87.960)	-	(71.160)
LIBUSD 3M vs USD	6.197.882	32.354	-	170.535	-
LIBUSD 6M vs USD	2.172.413	6.542	-	253.329	-
PRÉ vs CDI	3.285.645	21	(62.126)	1.031	(93.274)
PRÉ vs USD	176.619	9.741	-	8.625	-
USD vs CDI	260.000	1.805	-	7.433	-
USD vs LIBUSD 3M	4.576.998	-	(18.787)	-	(399.441)
USD vs LIBUSD 6M	1.509.190	-	(2.544)	-	(113.599)
USD vs SOFR	169.409	-	(687)	-	(23.971)
SOFR vs USD	169.409	785	-	23.727	-
Contratos a termo	22.850.884	258.434	(458.297)	253.460	(435.200)
Compra a termo de moeda - NDF	12.556.263	(3.868)	(413.917)	50.210	(341.680)
Venda a termo de moeda - NDF	10.294.621	262.302	(44.380)	203.250	(93.520)
Contratos de opção	502.245	9.471	(7.396)	4.841	(5.832)
Compra de opção de venda – USD	100.500	2.074	-	997	-
Compra de opção de compra - flexíveis	208.165	7.397	-	3.844	-
Venda de opção de venda - flexíveis	193.580	-	(7.396)	-	(5.832)
Total	47.856.551	604.679	(762.295)	1.043.803	(1.271.076)
Circulante	15.980.728	472.846	(688.820)	483.538	(682.664)
Não Circulante	16.764.841	131.833	(73.475)	560.265	(588.412)
Total	32.745.569	604.679	(762.295)	1.043.803	(1.271.076)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2021				
	Valor nominal dos contratos	Custo		Valor contábil	
		A receber	A pagar	A receber	A pagar
Contratos de swap	28.353.064	129.198	(399.658)	638.895	(523.400)
CDI vs EURIBOR 3M	81.714	-	(31.640)	-	(31.292)
CDI vs EURIBOR 6M	716.652	17.586	(3.455)	20.134	(1.788)
CDI vs EURO	1.626.623	(3.093)	(106.843)	4.702	(111.648)
CDI vs LIBUSD 3M	193.165	-	(84.925)	-	(89.607)
CDI vs LIBUSD 6M	160.800	(1)	(2.758)	-	(3.143)
CDI vs USD	2.856.467	33.752	(114.410)	49.428	(94.464)
EURIBOR 3M vs USD	96.133	1.028	-	986	-
EURIBOR 6M vs USD	456.059	898	(12.608)	1.659	(10.783)
EURO vs USD	1.458.790	34.258	(35.112)	36.775	(28.041)
LIBUSD 3M vs USD	6.822.407	(1.852)	(295)	150.067	(4.572)
LIBUSD 6M vs USD	2.331.077	(591)	-	74.547	-
PRÉ vs CDI	3.510.076	4.961	9.979	5.859	(101.351)
PRÉ vs EURO	990.650	-	(3.770)	-	(10.030)
PRÉ vs USD	727.740	5.969	(13.821)	3.571	(20.160)
USD vs EURO	14.420	1.323	-	1.177	-
USD vs LIBUSD 3M	4.682.065	32.211	-	176.868	(16.521)
USD vs LIBUSD 6M	1.628.226	2.749	-	113.122	-
Contratos a termo	26.324.933	366.936	(271.279)	446.625	(311.169)
Compra a termo de moeda - NDF	14.273.745	239.788	(135.283)	318.840	(131.221)
Venda a termo de moeda - NDF	12.051.188	127.148	(135.996)	127.785	(179.948)
Contratos de opção	1.077.387	11.429	(8.323)	6.613	(4.757)
Compra de opção de venda – USD	316.000	5.956	-	3.462	-
Venda de opção de compra – USD	152.500	-	(2.850)	-	(1.734)
Compra de opção de compra - flexíveis	322.737	5.473	-	3.151	-
Venda de opção de venda - flexíveis	286.150	-	(5.473)	-	(3.023)
Total	55.755.384	507.563	(679.260)	1.092.133	(839.326)
Circulante	15.931.379	402.624	(452.582)	455.532	(533.845)
Não Circulante	21.231.754	104.939	(226.678)	636.601	(305.481)
Total	37.163.133	507.563	(679.260)	1.092.133	(839.326)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

5.3) Negociação e intermediação de valores

Encontram-se registrado na rubrica negociação e intermediação de valores os ajustes a liquidar conforme demonstrado a seguir:

a) Futuros

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor nominal dos contratos	Valor contábil	Valor nominal dos contratos	Valor contábil
Contratos de futuros (i)				
Ajuste diário - posição comprada	11.947.456	(22.641)	13.791.986	(147.567)
DII	8.079.453	(625)	6.633.358	(994)
USD	452.537	(33)	280.846	(5.617)
DDI	3.415.466	(21.983)	6.877.782	(140.956)
Ajuste diário - posição vendida	5.545.628	28.106	7.252.145	42.886
DII	3.109.957	48	5.168.768	472
USD	318.280	6.054	1.568.121	31.716
DDI	2.117.391	22.004	515.256	10.698
Total	17.493.084	5.465	21.044.131	(104.681)

As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Futuros e termos: cotações de mercado divulgadas pela B3;
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Para a estimar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão também é considerado a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros e derivativos são classificados como nível 1: as informações observáveis refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado, geralmente, ocorre com frequência e volume suficiente para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

5.4) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	31/12/2022					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Compensação:						
Contratos de swap	1.870.615	5.974.420	4.826.809	11.492.760	338.818	24.503.422
Contratos de termo	11.641.275	10.643.040	564.660	1.909	-	22.850.884
Contratos de opção	176.290	201.955	124.000	-	-	502.245
Contratos de futuros	6.990.216	7.990.020	2.147.472	293.812	71.564	17.493.084
Total	20.678.396	24.809.435	7.662.941	11.788.481	410.382	65.349.635
Patrimonial - mercado - Contratos de swap						
Contratos de swap	12.030	(23.262)	84.775	(117.841)	(244)	(44.542)
Diferencial a receber	81.290	157.299	150.504	372.682	23.727	785.502
Diferencial a pagar	(69.260)	(180.561)	(65.729)	(490.523)	(23.971)	(830.044)
Contratos a termo	(19.811)	(167.225)	5.184	112	-	(181.740)
Diferencial a receber	160.883	79.942	12.523	112	-	253.460
Diferencial a pagar	(180.694)	(247.167)	(7.339)	-	-	(435.200)
Contratos de opção	(306)	(552)	(133)	-	-	(991)
Prêmio a exercer	906	3.218	717	-	-	4.841
Prêmio lançadas	(1.212)	(3.770)	(850)	-	-	(5.832)
Contratos de futuros	2.701	(1.883)	4.374	1.060	(787)	5.465
Diferencial a receber	7.148	13.766	5.662	1.574	-	28.150
Diferencial a pagar	(4.447)	(15.649)	(1.288)	(514)	(787)	(22.685)
Total	(5.386)	(192.922)	94.200	(116.669)	(1.031)	(221.808)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2021					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Compensação:						
Contratos de swap	1.863.357	5.503.774	13.201.763	3.402.904	4.381.266	28.353.064
Contratos de termo	12.548.976	12.448.604	1.327.353	-	-	26.324.933
Contratos de opção	301.803	775.584	-	-	-	1.077.387
Contratos de futuros	7.955.582	9.538.549	3.399.856	114.854	35.290	21.044.131
Total	22.669.718	28.266.511	17.928.972	3.517.758	4.416.556	76.799.515
Patrimonial - mercado - Contratos de swap						
Contratos de swap	(21.945)	(144.343)	(22.680)	116.284	188.179	115.495
Diferencial a receber	31.129	33.519	253.263	116.284	204.700	638.895
Diferencial a pagar	(53.074)	(177.862)	(275.943)	-	(16.521)	(523.400)
Contratos a termo	57.020	29.099	49.337	-	-	135.456
Diferencial a receber	202.224	182.047	62.354	-	-	446.625
Diferencial a pagar	(145.204)	(152.948)	(13.017)	-	-	(311.169)
Contratos de opção	(112)	1.968	-	-	-	1.856
Prêmio a exercer	465	6.148	-	-	-	6.613
Prêmio lançadas	(577)	(4.180)	-	-	-	(4.757)
Contratos de futuros	(2.372)	(70.361)	(34.059)	1.332	780	(104.680)
Diferencial a receber	31.725	8.534	322	1.553	780	42.914
Diferencial a pagar	(34.097)	(78.895)	(34.381)	(221)	-	(147.594)
Total	32.591	(183.637)	(7.402)	117.616	188.959	148.127

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos foi de:

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
Futuros	(68.197)	(724.702)	176.087
Swap	276.312	1.455.426	(134.362)
Termo	(168.605)	(329.118)	435.750
Opções	(5.781)	1.718	1.499
Total	33.729	403.324	478.974

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

6. Operações de crédito

a) Por tipo de operação de crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos	206.702	159.847
Financiamentos a exportação	260.922	1.193.351
Financiamentos	-	56.878
Cessão de créditos adquiridos (i) (nota 8)	913.871	494.356
Avais e fianças honrados	-	8.776
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio (nota 7a)	38.015	14.669
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7a)	3.206.846	1.214.198
Total	4.626.356	3.142.075

(i) Refere-se a cessão de crédito adquirido sem coobrigação conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08. A receita com operação de cessão de crédito foi de R\$ 43.642 (R\$ 11.548 em 2021) (nota 20).

b) Por setor de atividade

	31/12/2022	31/12/2021
Indústria	4.242.838	2.780.724
Comércio	313.188	96.338
Serviços	65.113	253.106
Pessoa física	-	594
Rural	5.217	11.313
Total	4.626.356	3.142.075

c) Por faixa de vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Vencido	-	8.776
Até 3 meses	2.413.038	1.768.386
De 3 a 12 meses	1.415.051	604.235
De 1 a 3 anos	798.267	760.678
Total	4.626.356	3.142.075

d) Concentração dos principais devedores

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores (i)	3.754.247	81,15%	2.426.458	77,22%
50 seguintes maiores devedores	872.109	18,85%	715.617	22,78%
Total	4.626.356	100,00%	3.142.075	100,00%

(i) O valor total referente ao principal devedor em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 945.075 (R\$ 558.267 em 31 de dezembro de 2021), está mitigado de acordo com as disposições da Resolução 2.921 do BACEN pelo valor de R\$ 521.710 (R\$ 558.267 em dezembro de 2021), não comprometendo assim o percentual de exposição 25% do PR.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

e) Composição da carteira por nível de risco

31/12/2022							
Nível	A vencer	Vencido	Total	Nível de provisão (%)	Valor da provisão	Previsão adicional	Total de provisão
AA	4.626.356	-	4.626.356	-	4.626.356	-	-
Total	4.626.356	-	4.626.356		4.626.356	-	-

31/12/2021							
Nível	A vencer	Vencido	Total	Nível de provisão (%)	Valor da provisão	Previsão adicional	Total de provisão
AA	3.104.666	-	3.104.666	-	-	-	-
H	28.633	8.776	37.409	100,00%	37.409	-	37.409
Total	3.133.299	8.776	3.142.075		37.409	-	37.409

- (i) Aplicada a alíquota de 7,5%, pois o Banco tem um contrato de risco de participação com a ligada Crédit Agricole NY que assume o risco de 92,5% da operação de avais e fianças honradas.

f) Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	31/12/2022			31/12/2021		
	Operação de crédito	Outros créditos	Total	Operação de crédito	Outros créditos	Total
Saldo no início do exercício	(28.633)	(8.776)	(37.409)	(49.390)	(10.397)	(59.787)
Constituição	(3.233)	-	(3.233)	(2.864)	(35)	(2.899)
Reversão de PDD	31.866	8.776	40.642	23.621	1.656	25.277
Saldo do final do período	-	-	-	(28.633)	(8.776)	(37.409)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

7. Carteira de câmbio

a) Carteira de câmbio

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Direitos sobre vendas de câmbio	4.935.309	9.678.348
Câmbio comprado a liquidar	12.339.361	15.417.117
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio - (nota 6a)	38.015	14.669
Total	17.312.685	25.110.134
Circulante	16.396.623	24.362.283
Realizável a longo prazo	916.062	747.851
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	5.000.854	10.062.574
Obrigações por compras de câmbio	12.153.827	15.169.265
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - (nota 6a)	(3.206.846)	(1.214.198)
Total	13.947.835	24.017.641
Circulante	13.829.742	23.707.906
Exigível a longo prazo	118.093	309.735

b) Operações vinculadas

O Banco possui operações vinculadas que foram realizadas de acordo com as regras preestabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921, de 17 de janeiro de 2002, não havendo nenhuma operação inadimplente ou com algum questionamento judicial sobre tais operações.

		31/12/2022	31/12/2021
Câmbio comprado a liquidar	Ativo	1.408.617	1.182.939
Obrigações por compras de câmbio	Passivo	(1.408.617)	(1.182.939)

c) Resultado das operações de câmbio

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
Operações de câmbio vinculadas	(156.689)	(374.031)	(99.089)
Resultado líquido de câmbio com ligadas (Nota 9)	522.672	296.250	(344.346)
Resultado líquido da operações de câmbio	(632.599)	(1.571.566)	(327.522)
Resultado líquido	(266.616)	(1.649.347)	(770.957)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

8. Outros créditos

a) Diversos

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	921.911	511.579
Cessão de créditos adquiridos (nota 6a)	913.871	494.356
Impostos e contribuições a compensar (ii)	3.934	5.296
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 9a)	1.971	10.939
Adiantamentos e antecipações salariais	2.044	800
Outros	91	174
Adiantamento a fornecedores	-	14
Realizável a longo prazo	24.089	27.908
Depósitos judiciais (i)	23.137	18.949
Impostos e contribuições a compensar	-	8.092
Devedores por depósito em garantia	952	867
Total	946.000	539.487

- (i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais referentes à defesa de processos judiciais envolvendo o Banco (nota 23), que se referem a contestações de base tributária Federal e Municipal (SAT, ISS) e créditos tributários não acatados pela Receita Federal (PIS, COFINS, IOF).
- (ii) Composto substancialmente por antecipações de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) a serem compensados.

A movimentação de depósitos judiciais em garantia do período está abaixo apresentada:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Fiscal	Trabalhista	Total	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo inicial do exercício	13.829	5.120	18.949	13.556	4.601	18.157
Constituições	4.161	455	4.616	-	391	391
Reversões/realizações	(2.147)	-	(2.147)	-	-	-
Atualizações	1.296	423	1.719	273	128	401
Saldo final do exercício	17.139	5.998	23.137	13.829	5.120	18.949

b) Crédito tributário

	31/12/2022	31/12/2021
Realizável a longo prazo	143.611	246.213
Créditos tributários (Nota 24b)	143.611	246.213
Total	143.611	246.213

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Nos períodos, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (Despesas)	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	834	-	2.911	-
Crédit Agricole CIB - Paris	834	-	2.911	-
Aplicações em moeda estrangeira	-	39	-	2
Crédit Agricole CIB - New York	-	39	-	2
Valores a receber sociedades ligadas (Notas 8, 16 e 20)	1.971	9.213	10.939	19.748
Crédit Agricole CIB - New York	789	1.828	417	1.549
CA Indosuez Wealth (Brazil) S/A DTVM (i)	-	-	961	-
Crédit Agricole CIB – Paris	1.182	7.385	7.347	15.983
Crédit Agricole CIB – Tokyo	-	-	2.214	2.214
Crédit Agricole CIB – Suisse	-	-	-	2
Outros créditos (Nota 7)	5.158.022	(22.431)	9.814.898	11.782
Crédit Agricole CIB – London	5.158.022	(22.431)	8.552.288	11.782
Crédit Agricole CIB – Paris	-	-	1.262.610	-
Depósitos a vista	-	-	(106)	-
CA Indosuez Wealth (Brazil) S/A DTVM (i)	-	-	(106)	-
Instrumentos financeiros derivativos	730.890	-	219.477	-
Fundo A de Investimento Multimercado	730.890	-	219.477	-
Valores a pagar sociedades ligadas (Notas 14d, 18 e 21)	-	(25.827)	(164)	(24.383)
Crédit Agricole CIB – Paris	-	(13.021)	(33)	(14.842)
CA Indosuez Wealth (Brazil) S/A DTVM (i)	-	(600)	(131)	(1.179)
Crédit Agricole CIB – New York	-	(11.083)	-	(5.013)
Crédit Agricole CIB – Singapura	-	(455)	-	(700)
Crédit Agricole CIB – London	-	(536)	-	(2.649)
Crédit Agricole CIB – Tokyo	-	(132)	-	-
Empréstimos no exterior (Nota 13)	(7.545.976)	821.388	(6.688.508)	(186.915)
Crédit Agricole CIB - New York	(7.545.976)	821.388	(6.688.508)	(186.915)
Outras obrigações (Nota 7)	(5.000.854)	318.681	(10.062.574)	(356.128)
Crédit Agricole CIB – London	(5.000.854)	318.681	(8.767.184)	(356.128)
Crédit Agricole CIB – Paris	-	-	(1.295.390)	-

(i) A partir de novembro/2022 a CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. DTVM não pertence ao grupo.

No decorrer do ano de 2022, os valores de rateio de custos comuns com a CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. DTVM perfaziam o montante de R\$ 10.414 (R\$ 12.130 em 31 de dezembro de 2021) e foram contabilizadas nas respectivas contas de resultado no Banco.

Em 2020 o banco possuía um contrato de risco de participação com a ligada Crédit Agricole NY, que assume o risco de 92,5% da operação de avais e fianças honradas (nota 6e), o qual foi executado em 2021.

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando a redução de risco nelas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração total do pessoal chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 17.432 (R\$ 14.698 em 31 de dezembro de 2021), a qual é considerada benefício de curto prazo.

O Banco está em conformidade a Resolução CMN 4.820, de 29 de maio de 2020, que estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração de capital próprio, ao aumento da remuneração dos administradores, à recompra de ações e à redução do capital social.

10. Depósitos

Compõe o montante de depósitos a prazo os Certificado de Depósito Bancário emitidos pelo Banco.

	À vista		A prazo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Sem vencimento	8.501	36.351	-	-
Até 3 meses	-	-	144.138	16.148
De 3 a 12 meses	-	-	413.407	153.560
De 1 a 3 anos	-	-	-	100.099
Total	8.501	36.351	557.545	269.807

11. Obrigações por operações compromissadas

	Carteira própria	
	31/12/2022	31/12/2021
Até 3 meses	995.244	642.835
Debêntures	644.699	572.279
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	350.545	70.556
Total	995.244	642.835

Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações por operações compromissadas são compostas por valores indexados ao CDI, com percentual entre 89% e 93% (em 31 de dezembro de 2021, o percentual foi entre 80% e 93%).

12. Recursos de aceites e emissão de títulos

a) Carteira de recursos de aceites e emissão de títulos

	Letras Financeiras	
	31/12/2022	31/12/2021
De 3 a 12 meses	-	3.519
Total	-	3.519

Em 31 de dezembro de 2021, as operações de letras financeiras são compostas por valores indexados ao CDI, com percentual entre 112,50% e 116,17%.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

b) Resultado de operações de captações no mercado aberto

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesa de depósito interfinanceiro	(792)	(1.070)	-
Despesa de depósito a prazo	(26.984)	(41.895)	(19.501)
Despesas de operações compromissadas	(50.511)	(89.694)	(16.652)
Despesas de letras de crédito do agronegócio	-	-	(10)
Despesas de letras financeiras	(134)	(356)	(190)
Contribuição ordinária	(298)	(527)	(694)
Total	(78.719)	(133.542)	(37.047)

13. Obrigações por empréstimos e repasses

a) Empréstimos no exterior

As operações de empréstimos captados no exterior, juntos ao Crédit Agricole – NY, no montante de USD 953.354 e EUR 536.839 (USD 229.545 e EUR 667.443 em 2021), estão representados abaixo, convertidos pela taxa PTAX:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Empréstimo	Encargos (a.a.)	Empréstimo	Encargos (a.a.)
Recursos captados moeda estrangeira	7.242.545	0,78% a 6,46%	5.500.413	-0,49% a 2,94%
Juros de recursos captados moeda estrangeira	41.345		(2.205)	
IR sobre recursos captados moeda estrangeira	1.168		-	
	7.285.058		5.498.208	

b) Obrigações por repasse do exterior

As operações de repasse captados no exterior, juntos ao Crédit Agricole – NY, no montante de USD 50.012 (USD 213.319 em 2021), estão representados abaixo, convertidos pela taxa PTAX:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Repassé	Encargos (a.a.)	Repassé	Encargos (a.a.)
Recursos captados com CA - NY	260.855	1,09%	1.182.938	1,09%
Juros de recursos captados com CA - NY	63		7.362	
	260.918		1.190.300	

c) Por faixa de vencimento

	Empréstimos no exterior		Repassé do exterior	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Até 3 meses	4.453.689	1.909.212	63	911.305
De 3 a 12 meses	2.037.139	3.142.604	260.855	-
De 1 a 3 anos	794.230	446.392	-	278.995
Total	7.285.058	5.498.208	260.918	1.190.300

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

d) Resultado das obrigações por empréstimos e repasses

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos no exterior	12.430	719.390	(28.792)
Variação cambial	57.644	772.019	(16.156)
Juros	(43.725)	(50.905)	(12.117)
Outros	(1.489)	(1.724)	(519)
Obrigações por repasse do exterior	(426)	101.998	(23.702)
Variação cambial	1.014	106.388	(5.400)
Juros	(1.440)	(4.390)	(18.302)
Total	12.004	821.388	(52.494)

14. Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	2.996	15.986
Programa para participação dos resultados (i)	2.996	3.236
Juros sobre o capital próprio (ii)	-	12.750
Total	2.996	15.986

(i) esperado de acordo com a convenção coletiva da categoria;

(ii) a provisão de juros sobre o capital próprio de 2021 foi liquidada em Janeiro de 2022.

b) Fiscais e previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	95.372	34.007
Impostos e contribuições a recolher	26.225	10.609
Impostos e contribuições sobre os lucros	69.147	23.398
Total	95.372	34.007

c) Obrigações fiscais diferidas

	31/12/2022	31/12/2021
Exigível a longo prazo	150.231	261.588
Impostos e contribuições diferidos (Nota 24b)	150.231	261.588
Total	150.231	261.588

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

d) Diversas

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	42.415	27.790
Valores a pagar - ligadas (Nota 9a)	-	164
Despesas com pessoal	28.876	25.798
Despesas administrativas	10.950	367
Receita diferida	204	-
Rebates a pagar	919	-
Fornecedores	1.032	1.063
Outros valores a pagar	434	398
Exigível a longo prazo	11.447	9.630
Outros passivos contingentes (Nota 23 b)	11.447	9.630
Total	53.862	37.420

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.105.673 (mesmo valor em 2021) e está representado por 24.859.617.114 (mesmo valor em 2021) ações, sendo 24.289.284.928 (mesmo valor em 2021) ações ordinárias e 570.332.186 (mesmo valor em 2021) ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas no exterior.

b) Reserva legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado, mediante decisão em assembleia geral, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê, mediante assembleia geral, a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais. A distribuição para o Banco ocorre, quando aplicável, anualmente.

d) Juros sobre capital próprio

A provisão de juros sobre o capital próprio referente aos exercícios findos em 2022 estão em conformidade à Resolução 4.885, de 23 de dezembro de 2021, e Resolução 4.820, de 29 de maio de 2020, que estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração de capital próprio, ao aumento da remuneração dos administradores, à recompra de ações e à redução do capital social.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022			
	Valor	Valor por lote padrão	Aprovação	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	95.830	0,38548	22/12/2022	31/12/2022
Total aos acionistas	95.830	0,38548		

	2021			
	Valor	Valor por lote padrão	Aprovação	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	15.000	0,06034	30/12/2021	07/01/2022
Total aos acionistas	15.000	0,06034		

e) Reserva especial de lucros

Destinada a futuro aumento do capital social e constituída do resultado do período após a destinação da reserva legal e dividendos ou juros sobre o capital próprio, quando distribuídos.

16. Receita de prestação de serviços

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
Comissão de estruturação	6.403	9.876	6.407
Prestação de serviços - ligadas (nota 9a)	6.661	7.782	18.238
Rendas de garantias prestadas	3.330	6.075	2.609
Comissão de estruturação – ACC	4.471	4.471	-
Consultorias	3.500	3.500	5.166
Comissão colocação de títulos	-	1.874	-
Comissão de estruturação - FIDC	581	1.083	7.345
Serviços com transição DTVM	947	947	-
Comissão de compromisso	266	466	701
Comissão de distribuição	105	280	400
Manutenção de contas correntes	55	102	96
Total	26.319	36.456	40.962

17. Despesas de pessoal

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	(20.420)	(39.506)	(41.713)
Encargos	(11.935)	(26.474)	(21.745)
Benefícios	(5.431)	(10.088)	(8.969)
Honorários (i)	(6.125)	(10.517)	(9.307)
Outras	(272)	(393)	(250)
Total	(44.183)	(86.978)	(81.984)

(i) Inclui provisão referente a gratificação para diretoria do período atual.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

18. Outras despesas administrativas

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
Recorrente	(29.642)	(58.295)	(69.926)
Processamento de dados	(6.710)	(12.394)	(8.677)
Prestação de serviços - ligadas (Nota 9a) - Despesas	(5.212)	(11.991)	(27.855)
Serviços do sistema financeiro	(5.086)	(10.531)	(11.444)
Serviços técnicos	(3.318)	(6.853)	(7.873)
Outras despesas administrativas	(3.410)	(4.434)	(3.343)
Depreciação e amortização	(2.088)	(3.983)	(3.778)
Aluguéis	(1.899)	(3.793)	(3.348)
Viagens	(814)	(1.847)	(449)
Manutenção	(381)	(758)	(701)
Serviços do sistema financeiro - ligadas (Nota 9a)	(202)	(651)	(1.301)
Seguros	(148)	(330)	(167)
Comunicação	(131)	(272)	(285)
Transportes	(123)	(209)	(395)
Material	(48)	(82)	(57)
Água, energia e gás	(38)	(64)	(44)
Serviços de terceiros	(21)	(55)	(64)
Publicações	(13)	(48)	(145)
Total	(29.642)	(58.295)	(69.926)

19. Despesas tributárias

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
Recorrente	(22.071)	(47.234)	(30.530)
COFINS	(10.421)	(30.797)	(21.899)
PIS	(1.693)	(5.004)	(3.559)
ISS	(1.258)	(2.436)	(3.762)
Outras despesas tributárias	(8.699)	(8.997)	(1.310)
Total	(22.071)	(47.234)	(30.530)

20. Outras receitas operacionais

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
Recorrente	34.927	51.594	32.549
Rendas com cessão de crédito	30.990	43.642	11.548
Rendas de compromisso de aquisição de quotas de Fundos	1.724	3.299	4.378
Variações monetárias (i)	1.413	2.521	845
Variações monetárias ligadas (nota 9)	380	1.467	1.660
Reversão de provisão - ligadas (nota 9) (iii)	287	287	12.423
Reversão de provisão (ii)	47	200	1.555
Recuperação de encargos e despesas	86	138	64
Multa sobre operação de SWAP	-	36	47
Outras rendas operacionais	-	4	29
Total	34.927	51.594	32.549

(i) Representada substancialmente por atualizações selic de depósitos judiciais e impostos a compensar.

(ii) Refere-se substancialmente à reversão de provisão de impostos para o exterior.

(iii) Refere-se substancialmente à reversão de provisão de despesas entre ligadas, reconhecida em períodos anteriores, cujo despesa efetiva foi a menor do que a provisionada.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

21. Outras despesas operacionais

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
Recorrente	(19.315)	(29.985)	(7.803)
Atualização monetária DRRC - SWAP	(12.697)	(12.697)	-
Devolução de garantia recebida - ligada (Nota 9) (i)	(2.980)	(11.013)	(5.003)
Variações monetárias - ligadas (Nota 9)	(651)	(2.495)	(1.646)
Despesas de rebates	(1.626)	(1.647)	-
Provisão para contingências fiscais	(574)	(1.190)	(746)
Provisão para contingências trabalhistas	(680)	(774)	(157)
Outras despesas operacionais	(105)	(167)	(101)
Provisão para contingências cível	(2)	(2)	-
Juros/multas s/impostos	-	-	(150)
Não recorrente	(436)	(436)	-
Outras despesas operacionais (ii)	(436)	(436)	-
Total	(19.751)	(30.421)	(7.803)

(i) Em 2021 a garantia Crédit Agricole NY, mencionada na nota 6e, foi honrada. O que ocasionou na reversão de provisão de devedores duvidosos constituída. Os valores recebidos mensalmente do cliente são repassados ao Crédit Agricole NY na proporção acordada da honra (92,50%). São registrados como despesa, visto que a operação foi liquidada pela garantia fornecida e o cliente mantém o pagamento da operação conforme contrato.

(ii) Refere-se substancialmente à Impostos e contribuições a compensar reconhecidos como perda.

22. Resultado não recorrente

	2º semestre / 2022	31/12/2022	31/12/2021
Outras despesas operacionais (nota 21)	(436)	(436)	-
Resultado não operacional	(13)	(1)	-
Total	(449)	(467)	-

23. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 210 em 31 de dezembro de 2021).

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e previdenciários e são compostos por obrigações legais e passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco mantinha o montante de R\$ 11.447 (R\$ 9.630 em 31 de dezembro de 2021) (nota 14d) registrado como provisão para contingência, montante este julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, sendo: R\$ 6.137 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.262 em 31 de dezembro de 2021) referente à discussão da constitucionalidade sobre o percentual utilizado para cálculo do SAT - Seguro de Acidente de Trabalho sobre a folha de pagamento; R\$ 3.397 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.624 em

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

31 de dezembro de 2021) para contingências referentes a processos trabalhistas; R\$ 1.911 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.744 em 31 de dezembro de 2021) substancialmente referente declarações de compensações apresentadas em 2003 referente saldo negativo de IRPJ de 2002 não reconhecida pela Receita Federal; e R\$ 2 em 31 de dezembro de 2022 para contingências referentes a processos civis, sendo que em 31 de dezembro de 2021 não houve saldo.

A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

	31/12/2022				31/12/2021			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo inicial do exercício	7.006	2.624	-	9.630	7.179	2.467	-	9.646
Constituições	611	570	2	1.183	549	-	-	549
Reversões/realizações	(148)	-	-	(148)	(905)	-	-	(905)
Atualizações	579	203	-	782	183	157	-	340
Saldo final do exercício	8.048	3.397	2	11.447	7.006	2.624	-	9.630

As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Riscos fiscais	8.048	8.048	7.006	7.006
Riscos Trabalhistas	3.397	3.397	2.624	2.624
Riscos cíveis	2	2	-	-
Total	11.445	11.445	9.630	9.630

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
	Valor Reclamado	Valor Reclamado
Riscos fiscais (i)	31.058	25.983
Riscos trabalhistas (ii)	12.884	12.407
Riscos cíveis	68	13
Total	44.010	38.403

(i) Os passivos contingentes fiscais referem-se à contestação de base fiscal para ISS e créditos tributários não reconhecidos pela Receita Federal.

(ii) Os passivos trabalhistas são representados substancialmente por contestações de horas-extras, diferenças salariais e gratificações.

(iii)

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

24. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social exercício atual	(114.103)	(51.852)
Ativo/passivo fiscal diferido de imposto de renda	12.814	18.715
Ativo/Passivo fiscal diferido de contribuição social	9.965	15.143
	(91.324)	(17.994)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	299.790	55.181
Imposto de Renda - alíquotas de 15% e 10% (i)	(74.948)	(13.795)
Contribuição Social - alíquota de 20% (ii)	(59.958)	(11.036)
Contribuição Social - efeito majoração alíquota 21% para 2022 e 25% para 2021 (ii)	(580)	(1.784)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(135.486)	(26.615)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	44.162	8.621
Participação nos lucros	987	1.471
Outras adições e exclusões	43.175	7.150
Imposto de Renda e Contribuição Social dos exercícios	(91.324)	(17.994)

i. Aplica-se a alíquota adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 120 no semestre;

ii. O Banco constitui o crédito tributário na alíquota com base em estimativa de realização, para Julho de 2022 foi aplicada alíquota de 20% para o ativo/passivo fiscal diferido. A partir de Agosto de 2022, a alíquota de contribuição social para o imposto corrente e diferido é 21% (Em 2021, foi aplicada a alíquota de 20% até junho, e 25% a partir de julho).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

b) Créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. Os créditos tributários e obrigações diferidas de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006 e Resolução CMN nº 4.441/2015, ambas do Banco Central do Brasil, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2021	Constituições	Realizações	31/12/2022
Marcação a mercado TVM e derivativos	28.671	5.488	(28.671)	5.488
Participações no lucro	809	749	(809)	749
Gratificação	4.244	5.373	(4.244)	5.373
14º Salário	358	379	(358)	379
Provisão para contingências	1.936	407	-	2.343
Provisão para garantias prestadas/executadas	9.352	-	(9.352)	-
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.395	1.792	-	8.187
Outras adições e exclusões	117	44	(39)	122
Prejuízo fiscal	84.041	-	(27.604)	56.437
Total de diferenças temporárias de Imposto de Renda	135.923	14.232	(71.077)	79.078
Marcação a mercado TVM e derivativos	22.937	4.391	(22.937)	4.391
Participações no lucro	647	599	(647)	599
Gratificação	3.815	4.298	(3.815)	4.298
14º Salário	286	303	(286)	303
Provisão para contingências	1.549	327	-	1.876
Provisão para garantias prestadas/executadas	7.482	-	(7.482)	-
Operação de Crédito baixado como prejuízo	5.116	1.434	-	6.550
Outras adições e exclusões	94	34	(31)	97
Prejuízo fiscal	68.364	-	(21.945)	46.419
Total de diferenças temporárias de Contribuição Social	110.290	11.386	(57.143)	64.533
Total	246.213	25.618	(128.220)	143.611

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Descrição	31/12/2020	Constituições	Realizações	31/12/2021
Marcação a mercado TVM e derivativos	10.886	28.671	(10.886)	28.671
Participações no lucro	721	809	(721)	809
Gratificação	2.926	4.244	(2.926)	4.244
14º Salário	317	358	(317)	358
Provisão para contingências	3.786	-	(1.850)	1.936
Provisão para garantias prestadas/executadas	14.947	-	(5.595)	9.352
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.419	-	(24)	6.395
Outras adições e exclusões	1.337	-	(1.220)	117
Prejuízo fiscal	96.481	-	(12.440)	84.041
Total de diferenças temporárias de Imposto de Renda	137.820	34.082	(35.979)	135.923
Marcação a mercado TVM e derivativos	8.708	22.937	(8.708)	22.937
Participações no lucro	577	647	(577)	647
Gratificação	2.760	3.815	(2.760)	3.815
14º Salário	254	286	(254)	286
Provisão para contingências	3.029	-	(1.480)	1.549
Provisão para garantias prestadas/executadas	11.957	-	(4.475)	7.482
Operação de Crédito baixado como prejuízo	5.135	-	(19)	5.116
Outras adições e exclusões	1.070	-	(976)	94
Prejuízo fiscal	78.149	-	(9.785)	68.364
Total de diferenças temporárias de Contribuição Social	111.639	27.685	(29.034)	110.290
Total	249.459	61.767	(65.013)	246.213

As obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2021	Constituições	Realizações	31/12/2022
Marcação a mercado TVM e derivativos	(145.327)	(83.462)	145.327	(83.462)
Total de obrigações diferidas de Imposto de Renda	(145.327)	(83.462)	145.327	(83.462)
Marcação a mercado TVM e derivativos	(116.261)	(66.769)	116.261	(66.769)
Total de obrigações diferidas de Contribuição Social	(116.261)	(66.769)	116.261	(66.769)
Total	(261.588)	(150.231)	261.588	(150.231)

Descrição	31/12/2020	Constituições	Realizações	31/12/2021
Marcação a mercado TVM e derivativos	(162.045)	(145.327)	162.045	(145.327)
Total de obrigações diferidas de Imposto de Renda	(162.045)	(145.327)	162.045	(145.327)
Marcação a mercado TVM e derivativos	(129.635)	(116.261)	129.635	(116.261)
Total de obrigações diferidas de Contribuição Social	(129.635)	(116.261)	129.635	(116.261)
Total	(291.680)	(261.588)	291.680	(261.588)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

A estimativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, está apresentada da seguinte forma:

	31/12/2022								
	2023	2024	2025	2026	2027	2027	2029	2030	Total
Imposto de Renda									
Prejuízo fiscal	11.842	13.163	9.316	14.286	7.830	-	-	-	56.437
Diferenças temporárias	6.104	9.766	4.198	457	2.002	-	-	114	22.641
Total	17.946	22.929	13.514	14.743	9.832	-	-	114	79.078
Valor presente	15.763	17.857	9.415	9.105	5.382	-	-	43	57.566
Contribuição Social									
Prejuízo fiscal	9.474	10.530	7.453	11.429	7.533	-	-	-	46.419
Diferenças temporárias	4.883	7.813	3.359	366	1.602	-	-	91	18.114
Total	14.357	18.343	10.812	11.795	9.135	-	-	91	64.533
Valor presente	12.611	14.286	7.532	7.285	5.000	-	-	35	46.748
Prejuízo fiscal	21.316	23.693	16.769	25.715	15.363	-	-	-	102.856
Diferenças temporárias	10.987	17.579	7.557	823	3.604	-	-	205	40.755
Total	32.303	41.272	24.326	26.538	18.967	-	-	205	143.611
Valor presente	28.374	32.143	16.947	16.390	10.382	-	-	78	104.314

	31/12/2021						
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Imposto de Renda							
Prejuízo fiscal	7.508	9.096	22.561	12.752	23.926	8.198	84.041
Diferenças temporárias	25.345	12.365	9.607	2.348	116	2.101	51.882
Total	32.853	21.461	32.168	15.100	24.042	10.299	135.923
Valor presente	29.627	17.231	23.559	10.051	14.447	5.574	100.489
Contribuição Social							
Prejuízo fiscal	6.005	7.277	18.049	10.202	19.140	7.691	68.364
Diferenças temporárias	20.695	9.892	7.686	1.879	93	1.681	41.926
Total	26.700	17.169	25.735	12.081	19.233	9.372	110.290
Valor presente	24.078	13.785	18.848	8.041	11.558	5.072	81.382
Prejuízo fiscal	13.513	16.373	40.610	22.954	43.066	15.889	152.405
Diferenças temporárias	46.040	22.257	17.293	4.227	209	3.782	93.808
Total	59.553	38.630	57.903	27.181	43.275	19.671	246.213
Valor presente	53.705	31.016	42.407	18.092	26.005	10.646	181.871

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até 2027 para absorver os créditos tributários diferidos registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 104.314 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 181.871 em 31 de dezembro de 2021), utilizando a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base nos resultados futuros de marcação a mercado pelo vencimento dos instrumentos financeiros derivativos. A Administração acredita que as obrigações fiscais diferidas registradas em 31 de dezembro de 2022 tenham sua realização futura até o ano de 2027.

25. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há responsabilidade por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros registrados e não há provisão para devedores duvidosos sobre garantias prestadas em 2022 e 2021. (Nota 14d).

26. Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital

Em consonância com as melhores práticas do Grupo Crédit Agricole e compatível com a natureza das transações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos, o Conglomerado Prudencial Crédit Agricole Brasil, entidade classificada como segmento S3, de acordo com a Resolução 4.557 do CMN, possui **Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital**, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos aos quais o Conglomerado está exposto.

Como parte dessa estrutura, a Diretoria nomeou Diretor responsável para o Gerenciamento de Riscos (*Chief Risk Officer* - CRO) e Diretor responsável para o Gerenciamento do Capital (Diretor Financeiro), bem como definiu indicadores-chave de riscos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) coerentes com o Plano Estratégico do Conglomerado e elaborou um Programa de Teste de Estresse Integrado para assegurar a adequação de capital da instituição e incorporar os resultados nas decisões estratégicas.

Foi criado um Comitê de Riscos com o objetivo de assessorar a Diretoria no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital de maneira integrada. Maiores informações a respeito do Comitê de Riscos encontram-se no **Regimento Interno do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Capital** disponível no site <https://www.ca-cib.com/our-global-markets/americas/brasil>.

A Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, monitorando o Capital da instituição face aos limites regulatórios e planejamento estratégico no horizonte de três anos incluindo os resultados dos Testes de Estresse Integrados, adequando prospectivamente o Apetite por Risco e o Capital necessários para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado.

A governança corporativa está presente no Conglomerado, de modo que cada um dos colaboradores contribui efetivamente para o Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, de acordo com regras e responsabilidades estabelecidas.

As políticas e estratégias para o gerenciamento integrado de riscos e capital são revisadas, no mínimo, anualmente pelos Especialistas de Riscos, em coordenação com o CRO e o COO, e aprovadas pela Diretoria.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Gerenciamento de Riscos

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito é a possibilidade de perdas resultantes da contraparte não ter capacidade para cumprir os compromissos assumidos com o Conglomerado, incluindo a liquidação de (i) empréstimos, (ii) desembolsos concedidos à terceiros para honrar avais, fianças e garantias, em nome da contraparte, (iii) obrigações em instrumentos financeiros derivativos.

Dentre os principais fatores de risco de crédito, destacam-se: situação financeira individual da contraparte ou do seu grupo econômico, com base em seu grau de endividamento e liquidez, capacidade de geração de resultados e fluxo de caixa; controle acionário e administração da contraparte; setor de atividade econômica; condições macroeconômicas adversas.

A Área de Risco de Crédito tem como responsabilidade a análise (identificação, mensuração, avaliação e classificação), recomendação, controle, monitoramento e mitigação do risco de crédito associado às operações financeiras, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito do Conglomerado em nível compatível com o apetite de risco considerado aceitável pela Alta Administração.

A gestão do risco de crédito está baseada em cinco pilares:

1. Estrutura organizacional segregada da área de Gerenciamento de Clientes e compatível com a natureza e complexidade dos produtos oferecidos aos clientes;
2. Processo decisório fundamentado através de Comitês de Crédito, baseando-se em opinião independente da Área de Risco de Crédito;
3. Modelos e sistemas próprios de mensuração e classificação do risco de crédito por qualidade da contraparte (“*rating*”), bem como ferramentas e sistemas próprios de liberação e controle de limites de crédito;
4. Gerenciamento contínuo do risco de crédito, através de monitoramento permanente de clientes e de relatórios periódicos de performance da carteira do Conglomerado, incluindo testes de estresse;
5. Estratégia de mitigação de perdas através de dimensionamento de limites de crédito compatíveis com a capacidade financeira da contraparte; análise de riscos concentração (grupos econômicos, setores econômicos, prazos, moedas, etc); e exigência de garantias se necessário.

- **Risco de Mercado**

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas resultante das flutuações nos valores de mercado das posições detidas pelo Conglomerado.

A Área de Risco de Mercado avalia de forma independente e monitora continuamente os riscos de mercado das diferentes linhas de negócios do Conglomerado; publica relatórios diários mostrando o consumo e eventuais excessos de utilização das mesmas com total independência em relação à Tesouraria; e organiza os comitês:

1. Comitê de Risco de Mercado, com finalidade de acompanhar do risco de mercado e os resultados da Tesouraria, e também aprovar os limites;
2. Comitê de Precificação, com finalidade analisar, rever e aprovar a precificação de ativos marcados a mercado (MtM), incluindo a fonte de dados e modelos utilizados de todas as linhas de negócios, além de aprovar os valores de reserva de resultado gerencial.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

A gestão de risco de mercado é exercida através do estabelecimento de limites para cada atividade dentro da estratégia global do Conglomerado, sendo que os limites são geridos através dos seguintes procedimentos:

- Propostas e recomendações de novos limites ou enquadramentos dos já existentes;
- Aprovações das propostas nas devidas instâncias de decisões;
- Obediência a estes limites;
- Monitoramento e aplicação de medidas corretivas, se necessário.

Os limites do Conglomerado estão focados no *Value-at-Risk* e organizados ao redor de 2 (dois) indicadores:

1. Quantitativo: inclui o *Value-at-Risk*, cenários específicos de stress-test e indicadores adicionais como, por exemplo, o stop-loss;
2. Qualitativo: complementa o limite quantitativo, especificando com maior precisão a lista de produtos autorizados, as moedas permitidas, o vencimento máximo, mercados autorizados, etc..

O processo de gerenciamento de limite executado pela Área de Risco de Mercado garante que as atividades de negociação sejam proporcionais ao apetite de risco do Banco.

Todas as operações devem estar de acordo com os princípios estabelecidos em seu mandato (conjunto de limites). Cada linha de negócio possui seu próprio mandato que são concebidos para documentar, descrever, monitorar e limitar as atividades de negociação. Em caso de alteração da atividade, o mandato deve ser atualizado prontamente para refletir essa alteração e apresentado durante o Comitê de Risco de Mercado.

Os limites também são estabelecidos por carteira e visam atender aos critérios de carteira de negociação (Trading) e carteira de não negociação (Banking).

Os limites não possuem uma data de validade, porém estão sujeitos a uma revisão anual e devem ser submetidos ao Comitê de Risco de Mercado.

Os resultados apresentados pela mensuração de risco de mercado, a metodologia adotada e as estratégias que as mitigam são monitoradas de forma a garantir que os riscos sejam devidamente conhecidos, avaliados e reportados de forma adequada.

- **Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional. Os eventos de risco operacional geralmente estão agrupados dentro de categorias abaixo:

- Fraude interna: ações de caráter doloso de colaborador da instituição ou com a sua participação indireta;
- Fraude externa: ações de caráter doloso praticados por terceiros;
- Recursos Humanos: litígios trabalhistas, segurança deficiente do local de trabalho, medicina do trabalho;
- Relações Comerciais: práticas inadequadas nas relações comerciais com os clientes, oferecimento de produtos e serviços, ou com fornecedores e prestadores de serviços;
- Eventos Externos: danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, ou que acarretem na interrupção das atividades da instituição, ocasionados por desastres naturais ou eventos externos;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- Tecnologia da Informação: falhas em sistemas que acarretem interrupções das atividades ou perdas de dados;
- Execução: falhas na execução, cumprimentos de prazo e gerenciamento nas atividades da instituição;
- Documentação: inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;
- Regulamentação: descumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

A Área de Risco Operacional é responsável por:

- Monitorar continuamente os riscos operacionais, através da análise de incidentes operacionais e planos de ação definidos para remediá-los;
- Coordenar o exercício anual de mapeamento dos riscos operacionais e dos controles internos, com participação de todas as linhas de negócio e áreas de suporte;
- Informar a Diretoria sobre a avaliação da gestão de riscos operacionais, disponibilizando uma visão abrangente da instituição, indicando pontos de maior vulnerabilidade, de forma a viabilizar um gerenciamento diferenciado para cada um deles;
- Documentar, organizar e armazenar em sistema corporativo global as perdas associadas ao risco operacional.

A estrutura de controles internos do Conglomerado combina três linhas de defesa:

1ª linha – Linhas de Negócios e Operações:

- 1º grau: geralmente no início de uma operação e durante o processo de validação, realizado pelos próprios operadores no controle dos riscos existentes e potenciais de suas atividades;
- 2º grau nível 1: após a confirmação da operação, por uma pessoa diferente daquela que iniciou a operação.

2ª linha – Riscos e Compliance:

- 2º grau nível 2: supervisão por áreas independentes e especializadas em controles permanentes, assegurando que os riscos operacionais e controles estejam bem gerenciados e que as atividades estejam em conformidade com as leis e regulamentações.

3ª linha – Auditoria:

- Controles periódicos de todas as atividades.

- **Risco de Liquidez**

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos das liquidações. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Conglomerado, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de cenários para renovação das carteiras. Em paralelo, são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último, são também efetuadas análises de cenários de estresse voltados especificamente para liquidez.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- **Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)**

O risco de taxa de juros na carteira bancária é relacionado a descasamentos em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas nos fluxos de reapreçamento de posições ativas, passivas e exposições não contabilizadas no balanço patrimonial de instrumentos financeiros classificados na carteira bancária das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial.

Os ativos da carteira bancária incluem, mas não estão limitados a operações compromissadas, títulos públicos federais, debêntures, CDCAs, aplicações em cotas de FIDC, operações de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, dentre outros. Os passivos da carteira bancária incluem, entre outros, certificados de depósitos, letras financeiras, operações compromissadas e obrigações por empréstimos e repasses.

O impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira é mensurado em bases mensais seguindo exclusivamente a metodologia padrão definida pelo Banco Central do Brasil de acordo com as abordagens de Valor Econômico (ΔEVE) e de Resultado da Intermediação Financeira (ΔNII).

- **Risco Social, Ambiental e Climático**

O Conglomerado possui diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para o gerenciamento de seu risco reputacional, relacionado diretamente aos impactos sociais, ambientais e climáticos na sociedade que possam resultar de operações com seus clientes e fornecedores.

O risco social, ambiental e climático é monitorado regularmente como parte do processo de revisão anual dos clientes e fornecedores, direcionando as particularidades de clientes que não estão em conformidade com suas políticas sociais, ambientais e climáticas. Cada operação é analisada pelas Áreas de Negócios em conjunto com as áreas de Risco de Crédito, *Compliance*, Desenvolvimento Sustentável na Matriz CACIB. Os clientes classificados como sensíveis sob a ótica social, ambiental e climática são discutidos em Comitê de Avaliação de Operações na Matriz CACIB.

Gerenciamento de Capital

O Conglomerado mantém Estrutura de Gerenciamento de Capital integrada à Estrutura de Gerenciamento de Riscos, permitindo o monitoramento e o controle do seu Capital, com o objetivo de avaliar a sua adequação em relação aos riscos inerentes às atividades da instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, fornecendo prospectivamente uma visão do capital necessário para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado, utilizando simulações que levam em conta tais mudanças assim como os objetivos estratégicos traçados pela instituição. A avaliação considera as características das operações registradas no balanço da instituição, assim como possíveis impactos relacionados aos objetivos estratégicos, incluindo metas e projeções, assim como a definição das principais fontes de capital.

O gerenciamento de capital compreende:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- Monitoramento e controle permanente do capital da instituição de forma a manter o Patrimônio de Referência, o Nível I e o Capital Principal em níveis compatíveis com os riscos incorridos e com o requerimento mínimo regulamentar;
- Elaboração de Plano de Capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, considerando ameaças e oportunidades relativas aos ambientes econômico e de negócios, e os objetivos estratégicos nos próximos três anos, revisado anualmente e aprovado pela Diretoria;
- Realização de Teste de Estresse Integrado periódico, através de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, e avaliação dos impactos sobre o Capital;

Elaboração de Plano de Contingência de Capital, atualizado anualmente e aprovado pela Diretoria, estabelecendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos claramente definidos para fazer frente a eventuais situações adversas. Esse Plano de Contingência prevê como principais fontes de recurso adicional o aumento de capital e a captação junto à Matriz CACIB de instrumentos de dívidas elegíveis ao capital adicional nível II, além de medidas de recuperação como a suspensão de distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, a restrição para novos negócios, a redução da exposição ao risco de mercado através da reversão de posições e/ou venda de ativos, a redução da exposição ao risco de crédito através da venda de ativos e/ou com o uso de instrumentos mitigadores.

A partir de outubro de 2013 os índices de capital foram apurados conforme as Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, ambas de 1º de março de 2013. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2022 é de 24,23% (26,69% em 31 de dezembro de 2021) sendo sua apuração demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
PR - Patrimônio de Referência	2.446.922	2.370.846
Capital social e reservas, reavaliações e reservas de lucro	2.470.911	2.365.403
Ajustes de reavaliação patrimonial	28.571	11.432
Ajuste prudencial	(52.560)	(5.989)
Ativos ponderados pelo riscos (RWA)	10.093.741	8.881.731
Risco de crédito (RWACpad)	8.724.140	7.283.171
Privado bancário	3.887.623	4.026.818
Privado não bancário	4.836.517	3.256.353
Público não bancário	-	-
Risco de mercado (RWAMpad)	836.374	1.083.180
Exposição cambial	681.412	966.797
Exposição de juros	154.962	116.383
Risco Operacional (RWAOpad)	533.227	515.380
PR mínimo requerido para RWA	807.499	710.538
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	1.639.423	1.660.308
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	3.207	1.555
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.636.216	1.658.753
Adicional de Conservação de Capital	164.023	144.328
Índice de Basileia	24,24%	26,69%
Índice de Basileia amplo	24,23%	26,69%

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

27. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

Assinaturas

Diretor Presidente: Yves-Marie Gayet

Diretor Financeiro: Jean-Christophe Gilbert

Contador: Felipe Mendes da Silva